

Ata da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais. Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário Vereador Cândido Gonçalves Neto da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek/MG, realizou-se a quinta reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Geraldo Magela da Silva, que cumprimentou e deu boas-vindas a todos. Em seguida, procedeu-se à chamada nominal dos vereadores, constatando-se a presença dos seguintes membros: Geraldo Magela da Silva, José Silvano de Oliveira, Renato Aires de Oliveira, Fábio Nunes de Oliveira, José Orlando da Silva, Joaquim Rodrigues de Jesus, Afonso Augusto de Oliveira Neto, Anderson Aparecido da Silva e Carlos Roberto Ribeiro. Diante dos nove vereadores presentes, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com a leitura da pauta do dia: discussão e votação do Projeto de Lei nº 942/2025, que “Dispõe sobre a denominação do Parque de Exposições do Município de Presidente Kubitschek e dá outras providências.”. Em seguida, o Presidente esclareceu que, conforme o artigo 63 do Regimento Interno, o uso da Tribuna da Câmara pelos cidadãos deverá respeitar o limite máximo de cinco minutos, salvo deliberação expressa do Plenário em sentido contrário, sob pena de cassação da palavra. Informou ainda que será cassada a palavra caso sejam utilizados termos impróprios ou ofensivos à honra e à dignidade de qualquer pessoa. Comunicou também que após parceria, nos próximos dias, haverá atendimento oftalmológico gratuito no PSF do Bairro do Mocó, com previsão de aproximadamente 230 consultas. Registrhou ainda que ele, juntamente com os vereadores Fábio Nunes e Carlos Roberto, serão agraciados com uma medalha eleitoral na cidade de Montes Claros. O Presidente também anunciou a previsão de realização do Festival de Guisados no próximo mês. Prosseguindo, o Senhor Presidente encaminhou a prestação de contas do exercício financeiro de 2024 do Poder Executivo para análise do Presidente da Comissão de Fiscalização Orçamentária, Justiça e Redação. Dando seguimento, solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 942/2025, o qual, após lido, foi explicado que trata-se de uma homenagem à memória do jovem Bernardo Prata Cruz. Durante a discussão, o vereador Fábio Nunes de Oliveira questionou se, a homenagem estaria formalmente resguardada em lei, sendo confirmado pelo Presidente. Em sequencia é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 942 que **“Dispõe sobre a denominação do Parque de Exposições do município de Presidente Kubitschek e dá outras providências.”**. Aberta a Palavra Franca, o Vereador Fábio Nunes de Oliveira fez uso da palavra para comentar sobre a resposta recebida em relação ao caminhão de areia que está se deslocando até o município de Conceição do Mato Dentro. Informou que, à época, seu questionamento não se limitou ao envio da areia para outro município, mas se concentrou principalmente na falta de atendimento à população local. Relatou ter recebido informações de que o transporte de areia estaria ocorrendo em troca de favores, citando como exemplo a vinda de um mecânico à cidade para realizar manutenção em veículos municipais utilizando rastreador. Contudo, em resposta oficial, foi informado que o Poder Executivo desconhecia tal situação. O vereador destacou que atualmente a frota municipal é pequena,

contando com apenas três caminhões, o que, em sua visão, facilita a identificação dos veículos, ainda mais considerando a existência de um chefe do setor de transportes, que deveria ter pleno conhecimento das movimentações. Referiu-se também ao veículo utilizado para o transporte dos trabalhadores do cultivo de morangos, apontando que, embora o nobre colega tenha mencionado que a situação estaria sendo resolvida, o ofício de resposta indicou irregularidades. Assim, o vereador pontuou a dificuldade em saber qual informação é correta, tendo em vista que o transporte foi cedido por diversos anos sem apontamentos. Em seguida, abordou a questão da gratificação dos motoristas, a qual foi cortada, segundo o ofício, em razão de dificuldades financeiras enfrentadas pela prefeitura. Todavia, afirmou ter estado no setor financeiro no dia da sessão e recebido a informação de que os repasses estariam sendo feitos regularmente, sem atrasos, o que o levou a questionar o real motivo do corte das gratificações, especialmente considerando que os salários dos servidores já se encontram defasados. Ressaltou, ainda, que a medida gerou insatisfação entre os funcionários. Por fim, manifestou preocupação com o decreto de estado de emergência recentemente publicado. Disse não entender a necessidade do decreto, visto que todos os repasses financeiros estariam ocorrendo normalmente, e lembrou que, com o estado de emergência, o Executivo pode realizar compras e contratações diretas, o que exige maior atenção e fiscalização. Informou que solicitou à Secretaria de Governo o envio de um representante à Câmara para prestar esclarecimentos durante a sessão, mas lamentou que ninguém tenha comparecido. No mesmo contexto, o vereador Anderson Aparecido da Silva relatou que, segundo informações repassadas pelo Prefeito, a intenção do Executivo é resguardar-se, uma vez que os veículos não estão em condições adequadas para transporte de trabalhadores. Sugeriu que os vereadores se unissem para buscar diálogo com o Prefeito e o vereador Fábio Nunes reiterou a necessidade de uma informação concreta sobre os fatos constantes no ofício anteriormente mencionado. Passada a palavra ao vereador Renato Aires de Oliveira, esclareceu que, conforme a legislação vigente, veículos escolares não podem ser utilizados para fins diversos, e que a administração está buscando adequações para solucionar a demanda apresentada. Em seguida o Presidente procedeu com a leitura do Ofício de esclarecimento acerca do Decreto de Estado de Emergência. Em seguida, foi passada a palavra ao vereador Renato Aires de Oliveira, que destacou que, embora existam motoristas caprichosos na prestação dos serviços municipais, também há casos em que essa dedicação não é observada. Ressaltou que a gratificação concedida aos motoristas tem como objetivo zelar e valorizar o trabalho desempenhado por eles, e sugeriu que seja feita uma revisão junto ao setor de contabilidade para promover uma correção geral nos valores pagos. O Presidente complementou informando que essa necessidade de correção já foi tratada em conversa anterior com o Prefeito Municipal, reforçando a importância de se normalizar a situação, especialmente no que se refere à frota municipal. O vereador Renato também relatou que esteve reunido com o vereador Carlos Roberto Ribeiro e o Prefeito para tratar da obtenção de recursos. Informou que o vereador Carlos Roberto está à frente das tratativas para viabilizar a implantação de uma Casa de Apoio em Belo Horizonte, bem como estão buscando a

aquisição de um novo veículo para o município e recursos para obras de pavimentação de ruas. Sobre o concurso público municipal, o vereador comunicou que recebeu informações de que o processo aguarda o parecer do relator responsável. Por fim, informou que a resposta ao questionamento feito pelo município Fernando será apresentada na próxima reunião ordinária. Complementando as falas dos nobres Anderson e Fábio, o vereador Carlos Roberto Ribeiro, destacou que "a união faz a força" e ressaltou que, no caso do transporte dos trabalhadores do morango, todos devem se empenhar para encontrar soluções, reconhecendo que a frota municipal realmente enfrenta dificuldades, mas demonstrando confiança na superação dos problemas. Na sequência, foi concedida a palavra na Tribuna Livre ao Senhor Laynor César, que se manifestou afirmando nunca ter visto uma "Casa do Povo" estabelecer regras para o uso da palavra. O Senhor Laynor questionou a fala do vereador Fábio Nunes, que havia mencionado que "um erro não justifica o outro", discordando dessa colocação. Ressaltou que, à época em que o então gestor cometia erros, o vereador Fábio ocupava o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora e, segundo seu entendimento, se o Poder Legislativo tivesse exercido a fiscalização de forma efetiva, o concurso público teria sido devidamente homologado. Acrescentou que, quando o antigo prefeito cometeu equívocos, não houve a devida fiscalização por parte do Legislativo, enfatizando que não se deve transferir a responsabilidade para a atual gestão. Reforçou que alguns vereadores presentes já faziam parte do Legislativo anteriormente e, à época, não tomaram as providências necessárias. Em relação à fala do município Messias sobre a questão da água, o Senhor Laynor esclareceu que sua crítica foi direcionada aos vereadores, mencionando que existe um servidor que trabalha há anos na Prefeitura e que poderia ser convocado para prestar esclarecimentos técnicos acerca da falta de água na cidade. Observou ainda que, há cerca de doze anos, o município Messias apoiava a gestão passada, da qual sua família também recebeu benefícios, e que, atualmente, com a mudança de administração, considera incoerente a cobrança direcionada apenas à gestão atual. Por fim, referiu-se ao Regimento Interno do Conselho de Esporte, citando o artigo 1º, inciso IV, para desenvolver sua crítica, afirmando que o esporte municipal foi utilizado politicamente no passado, mencionando que o próprio Messias e seu irmão, enquanto membros do conselho, teriam agido em desconformidade com o regimento, utilizando o esporte como instrumento político. O vereador Fábio Nunes de Oliveira, fazendo uso da palavra, comentou sobre a manifestação do Senhor Laynor César, afirmando que, aparentemente, ele não compreendeu corretamente o que foi dito. Esclareceu que, ao afirmar que "um erro não justifica o outro", referia-se ao posicionamento do vereador Renato, que mencionou que o concurso público estava irregular e não deveria ter sido realizado à época. O vereador explicou que, diante daquela situação, a população não teria condições de saber o que estava certo ou errado, considerando a complexidade do tema. Finalizou afirmando que não se pode colocar palavras em sua boca, reafirmando o real sentido de sua fala. Concedida também a palavra ao Senhor Fernando Pereira Nunes. O município iniciou sua manifestação expressando insatisfação pela falta de resposta ao ofício protocolado na última reunião da Casa, destacando que já se passaram 14 dias desde o

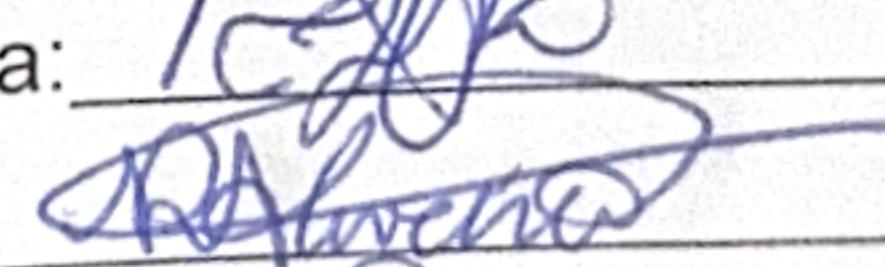
protocolo e que a demanda era de fácil resolução. Observou que outros ofícios, protocolados posteriormente, já haviam sido respondidos, questionando: "Por que documentos mais recentes foram atendidos, enquanto o meu, de 31/03/2025, permanece sem resposta?". Frisou que nenhuma de suas solicitações na Câmara neste ano foi respondida até o momento. Em seguida, abordou o andamento do processo referente ao concurso público, movido pelo Tribunal de Contas, solicitando acesso aos documentos das movimentações recentes, para que todos os envolvidos tenham transparência sobre o caso. Que os documentos deveriam ser publicados em meio de comunicação da prefeitura de forma automática para evitar informações incorretas. Rebateu críticas de que suas manifestações teriam motivação política ou o objetivo de prejudicar professores, esclarecendo que sua atuação é pautada pela busca de justiça e correção do prejuízo por parte dos aprovados e não convocados. Sobre os aditivos em contratos de processos seletivos já encerrados, argumentou que a responsabilidade pelos erros é da gestão atual, que abriu um novo processo seletivo. Questionou: "Se havia necessidade de novos professores, por que apenas alguns tiveram contratos aditivados no início do ano, e não todos?". Citou que no documento de aditivação dos contratos a prorrogação é justificada pela Lei nº 789/2018 (contratação temporária de excepcional interesse público), porém nessa lei consta que é previsto contrato de um ano podendo ser prorrogado por igual período. Disse que na lei não fala sobre renovações infinitas, especialmente com um processo seletivo vigente para as mesmas vagas. O munícipe protocolou novo ofício solicitando informações sobre as movimentações do concurso, já que apenas a prefeitura detém esses dados. Por fim, mencionou que o Promotor de Justiça Paulo Márcio teria convidado o Senhor Prefeito para discutir o concurso e as contratações em curso, mas este não compareceu. Durante a fala, o Vereador Renato interveio, classificando que a informação era mentira e afirmando que o Promotor esteve no município. O munícipe questionou se o vereador estava afirmando que sua informação era mentira e o mesmo enfatizou que era fakenews. Por fim, o Senhor Messias Pereira Nunes fez uso da tribuna para apresentar diversas solicitações encaminhadas pela população. Inicialmente, solicitou a melhoria da iluminação pública e a pavimentação da Rua Demerval Rodrigues, no trecho que liga à Rua Professora Celiane Almeida. Em seguida, pediu a instalação de iluminação no final da Rua Pouso Alto e também a iluminação de um poste localizado na Rua Carmelita Augusta dos Santos, nas proximidades de sua residência. Informou que essas demandas representam as principais reivindicações populares trazidas em Assuntos Diversos. Posteriormente, abordou a questão do processo licitatório para a contratação do serviço de transmissão das reuniões da Câmara Municipal, questionando o andamento do certame. Relatou que, ao consultar o site oficial, observou que o valor inicialmente estimado era de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) anuais, valor que sofreu redução, mas que, em sua visão, ainda permanece elevado, ultrapassando os R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais. Enfatizou que, embora o objeto da licitação não envolva apenas a transmissão das sessões, entende que o município atravessa uma crise financeira, especialmente no comércio local, com registro de fechamento de estabelecimentos. Comentou ainda que está sendo programada uma reunião entre vereadores e comerciantes do município para

discutir possíveis soluções, sugerindo a possibilidade de uma parceria com o município de Conceição do Mato Dentro, a ser viabilizada com a participação dos vereadores. Parabenizou também ao atleta José Élcio e aos demais atletas do município pela participação nas corridas realizadas. O vereador Anderson Aparecido da Silva informou que convidou o Prefeito Municipal para uma reunião em Conceição do Mato Dentro, visando discutir a possibilidade de firmar parcerias, estando à data do encontro em processo de definição. O vereador Afonso Augusto de Oliveira Neto, em complemento, falou sobre as demandas de iluminação pública apresentadas pelo Senhor Messias. Relatou que atua há 16 anos no ramo e que desde janeiro de 2025 vem sendo cobrado sobre essas questões. Explicou que a empresa contratada para a manutenção da iluminação pública não realiza a reposição das luminárias, cabendo tal aquisição diretamente à Prefeitura, e que tem cobrado providências junto à administração municipal para solucionar essa demanda. O vereador José Silvanio de Oliveira fez uso da palavra para destacar a grande responsabilidade sobre o que é discutido e falado no âmbito da Câmara Municipal. Manifestou seu interesse na elaboração de um projeto que vise beneficiar a população, propondo a criação de um canal de comunicação que permita aos municípes encaminharem suas reclamações e demandas a qualquer tempo, não se limitando apenas aos dias de reunião da Câmara. Enfatizou a necessidade de se construir uma Câmara mais respeitosa e compreensiva, ressaltando a importância da união entre vereadores e população no trabalho conjunto pelo desenvolvimento do município. Na sequência, o Presidente registrou e agradeceu a presença do ex-vereador Romero Alves, bem como agradeceu a todos os que se manifestaram na reunião, convidando, por fim, todos os presentes para participarem das celebrações da Semana Santa no município. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, marca a próxima reunião para o dia vinte e oito de abril e declara encerrada a sessão. Eu, Renato Aires de Oliveira, na condição de Secretário desta reunião, lavrei a presente ata, que, após lida e discutida, será submetida à aprovação e, se aprovada, assinada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

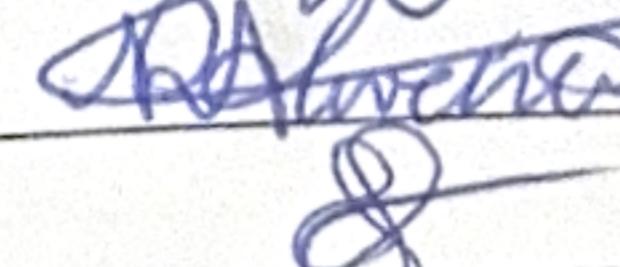
Presidente Geraldo Magela da Silva:



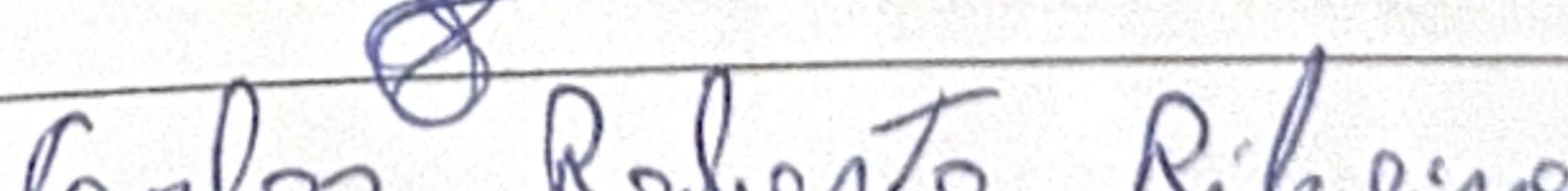
Vice-Presidente José Silvanio de Oliveira:



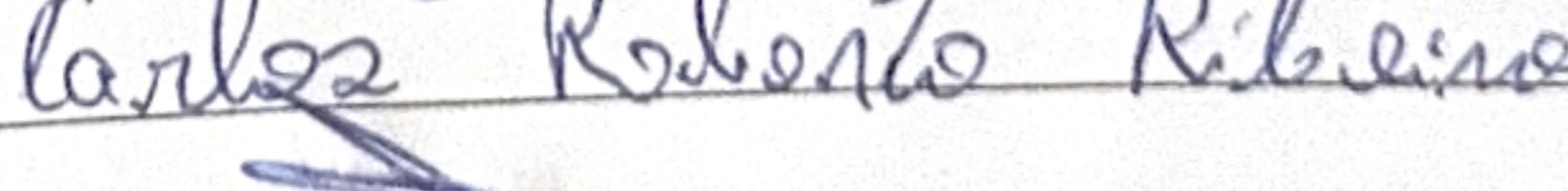
Secretário Renato Aires de Oliveira:



Vereador Fábio Nunes de Oliveira:



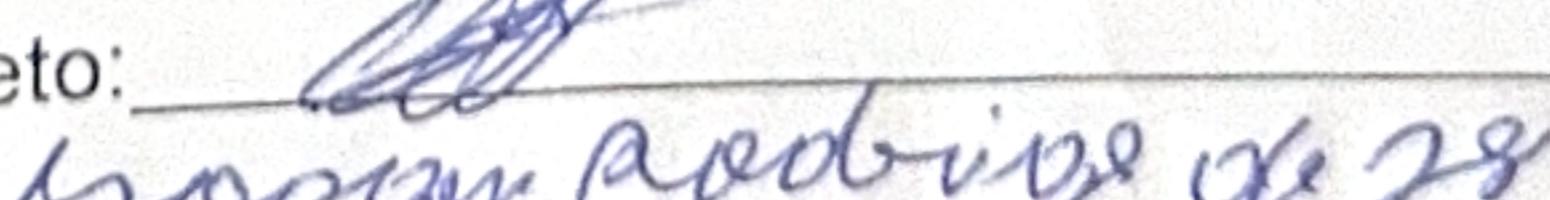
Vereador Carlos Roberto Ribeiro:



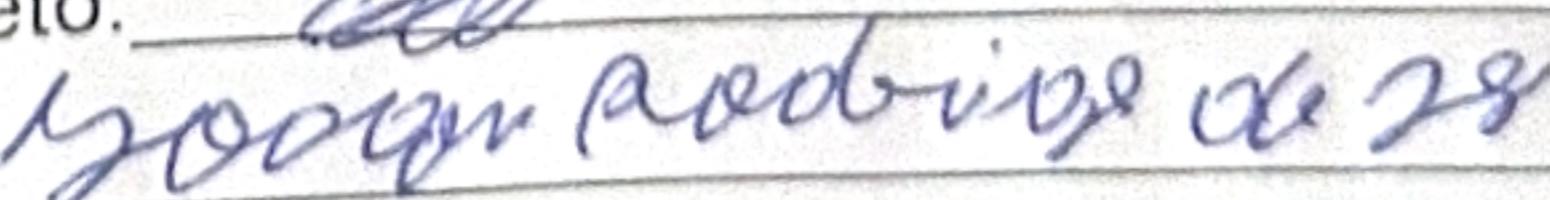
Vereador Anderson Aparecido da Silva:



Vereador Afonso Augusto de Oliveira Neto:



Vereador Joaquim Rodrigues de Jesus:



Vereador José Orlando da Silva:

